

COMUNICADO DE IMPRENSA



Prémio Nacional da Reabilitação Urbana 2015: boas práticas ou mais do mesmo?

Os prémios numa área de atividade de grande impacto público, com é a Reabilitação Urbana, são geralmente instituídos ou por entidades detentoras de reconhecido prestígio junto da comunidade ou por entidades profundas conhecedoras dessa área de atividade, com o objetivo de assinalar o mérito das pessoas ou organizações envolvidas na realização de ações relevantes, do ponto de vista do contributo durável que trazem à sociedade.

O designado “Prémio Nacional de Reabilitação Urbana”, recentemente instituído por uma editora do setor imobiliário que não cumpre nenhum dos dois requisitos acima referidos, conseguiu, não obstante, apreciável notoriedade, graças ao apoio concedido por grandes operadores do setor da construção tradicional e do negócio imobiliário, agora estrategicamente voltados para a reabilitação urbana.

Os critérios de avaliação das candidaturas das duas edições anteriores revelaram-se, no entanto, discricionários e pouco transparentes, resultando em avaliações confusas em termos conceptuais, não correspondendo, necessariamente, à boa prática, as obras e os projetos premiados. Um exemplo da aplicação dos critérios do “Prémio Nacional de Reabilitação Urbana”, na sua edição de 2014, é a atribuição do prémio “Melhor Intervenção de Uso Residencial” ao Quarteirão das Cardosas, no Porto.

Esta intervenção foi analisada num artigo recentemente publicado na Revista Património n.º 2, promovida pela DGPC, de que se reproduz o seguinte excerto:

“A reabilitação [do quarteirão], uma descarada renovação travestida de fachadismo está a ser proposta como o modelo de referência para Portugal... Em nenhum momento desta “festa” se divulgou que o ICOMOS-Portugal – ONG consultativa da UNESCO para as questões referentes à salvaguarda do património mundial – tinha apresentado, em abril de 2012, um relatório preocupante sobre o Passeio das Cardosas...”

No seu atual figurino, o designado “Prémio Nacional de Reabilitação Urbana” tem sido, acima de tudo, uma hábil operação de marketing imobiliário que tem servido para promover, de forma discricionária, alguns agentes do setor, proporcionando notoriedade a intervenções que, na maior parte dos casos, pouco têm de verdadeira reabilitação urbana, e dificilmente podem ser consideradas “bons exemplos”.

Para a edição de 2015, é reivindicado pela organização o apoio institucional do Governo de Portugal, o que confere uma credibilidade adicional ao prémio e ampliará o seu efeito. No entanto, fazem, este ano, parte do júri, personalidades insuspeitas do ponto de vista da defesa das boas práticas em reabilitação urbana, em termos do desenvolvimento harmonioso e sustentável das comunidades onde se inserem, do racional aproveitamento dos recursos e da salvaguarda do carácter e da autenticidade dos próprios objetos das intervenções.

O GECORPA – Grémio do Património que, desde 1997, se vem batendo por estes mesmos princípios, segue com interesse a evolução deste processo e estará atento ao resultado final da edição de 2015.

Lisboa, abril de 2015

Vítor Cóias

GECORPA – Grémio do Património

www.gecorpa.pt